

**ATA DA 6ª REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA – 06/2016 – 1ª CONVOCAÇÃO**

1 Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis (**11/04/2016**), às **09:30** (nove horas e  
2 trinta minutos); na Sala de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no segundo piso,  
3 sala 200-A; reuniram-se os Conselheiros Administrativos: **Luciane Janaína Cardoso Romão**  
4 **(Presidente)**, **Efraim Tino Pereira**, **Eduarda Alcione da Silva Kirchchoff da Rocha**, **Roberson Alberto**  
5 **Maciel e o Sr. Maximilian Scharmitzel**; A reunião foi iniciada com a ratificação da nomeação do Sr.  
6 Maximilian Scharmitzel para Conselheiro Administrativo no mandato 2015-2017 em substituição à  
7 Sra. Salete Alves David Falkevicz, conforme portaria 12.825 de 18 de março de 2016 do Poder  
8 Executivo Municipal (cópia anexada). O Sr. Maximilian, devidamente qualificado nos termos do §1º  
9 do Art.79 da LC 72/2015, agora conselheiro, foi recepcionado e atualizado pelos demais Conselheiros  
10 acerca dos trabalhos em andamento. Assim, a ordem do dia foi lida pelo secretário, a qual elencou os  
11 seguintes assuntos: **1) Aprovação do Relatório de Gestão do Mês de Janeiro de 2016; 2) Eleição do**  
12 **Vice-Presidente da Diretoria do Conselho Administrativo; 3) Estrutura Administrativa do IPRESF; 4)**  
13 **Sede e Domicílio do IPRESF; 5) Situação das Perícias; 6) Compensação Previdenciária com INSS; 7)**  
14 **Cálculo/Avaliação Atuarial 2015/2016.** O secretário solicitou que as deliberações se concentrassem  
15 nos itens da ordem, pela sequência, afim de que melhor aproveitamento possa ser extraído de cada  
16 assunto. Na sequência, tratando do Item **1) Aprovação do Relatório de Gestão do Mês de Janeiro de**  
17 **2016**, a Presidente passou a palavra ao Conselheiro Efraim Tino que entregou a cada conselheiro  
18 cópias de documentação de benefícios concedidos, repasses de taxas administrativas e  
19 demonstrativos de aposentadorias, discorrendo acerca de cada um e informando que com essa  
20 entrega seus compromissos de entregas, solicitados em reuniões anteriores teriam cessados.  
21 Questionado pela Presidente sobre aprovação do Conselho Fiscal das contas de janeiro de 2016, o Sr.  
22 Efraim Tino buscou em seus arquivos e, por cópias (anexadas 3 folhas das Atas: 4ª Reunião do  
23 Conselho Fiscal 04/2016; 6ª Reunião do Conselho Fiscal 06/2016; e 7ª Reunião do Conselho Fiscal  
24 07/2016) demonstrou que o Conselho Fiscal aprovou as contas do IPRESF, contudo não houve emissão  
25 de documento formal para esta finalidade por parte do Conselho Fiscal. O registro de aprovação das  
26 contas de janeiro se limitou aos registros constantes das mencionadas atas. A Presidente solicitou que  
27 esta informação constasse em ata, e que, para não prejudicar o andamento dos trabalhos este assunto  
28 seria tratado da seguinte maneira: Ao término das deliberações dos itens já em pauta, será discutido  
29 o assunto “Relatório de Análise e Aprovação/Desaprovação de Contas Mensais e anual dos Conselhos  
30 Administrativo e Fiscal – Forma e Prazos de Apresentação”. Propondo a emissão de Resolução que

31 doravante regulamente a emissão dos relatórios de análises e aprovação/rejeição mensais e anual. E,  
32 uma vez que a Resolução seria emitida com data de abril ou maio, os fechamentos e relatórios de  
33 aprovação dos meses fevereiro, março e abril seriam solicitados por ofício deste Conselho ao Conselho  
34 Fiscal e à Diretoria do IPRESF. Com o apoio dos demais as deliberações sobre os itens da pauta foram  
35 retomadas. Com os documentos entregues pelo Conselheiro Efraim Tino, na condição de Diretor-  
36 Presidente do IPRESF (linhas 17 a 19), as devidas análises serão realizadas por cada conselheiro, e no  
37 próximo encontro ordinário ou extraordinário, haverá a emissão de documento para aprovação das  
38 Contas de Janeiro de 2016. Quanto ao item **2) Eleição do (a) Vice-Presidente da Diretoria do Conselho**  
39 **Administrativo**, o Sr. Maximilian Scharmitzel foi eleito por eleição aberta, contabilizando 5 (cinco)  
40 votos em seu nome. Portanto, eleito por unanimidade para exercício da Vice-Presidência no mandato  
41 de 2015-2017. Quanto ao item **3) Estrutura Administrativa do IPRESF**, como este item foi incluído em  
42 pauta por solicitação da Presidente, a própria discorreu sobre receio acerca do acúmulo das funções  
43 Financeiras e Previdenciárias por um só diretor. Tal receio se dá em função de termos nesta pasta  
44 duas funções de alta complexidade e responsabilidade, fato que prejudicaria não só a capacitação do  
45 servidor que a exercesse, como também poderia implicar na falta de tempo e recursos para uma só  
46 pessoa desempenhá-la de forma a atingir melhores qualidade e resultados. Nas palavras da  
47 Presidente: "Isto poderia afetar nosso futuro como servidores" demonstrando sua preocupação com  
48 a possibilidade da falta de tempo e recursos para uma só pessoa desempenhar as "duas funções".  
49 Propôs dessa forma que este Conselho se manifestasse e iniciasse procedimento com vistas a divisão  
50 desta diretoria em duas outras mais segmentadas: Uma de Previdência e outra Financeira. Deixando  
51 a palavra aberta, o Conselheiro Roberson manifestou-se dizendo que compreende e manifesta apoio  
52 a proposta. Contudo, solicitou que o Conselho, ao provocar qualquer ação no sentido de melhorar o  
53 quadro funcional, se posicionasse, primeiramente, pelo preenchimento da vaga de Assistente  
54 Administrativo ou Auxiliar Administrativo, conforme Art.90 Inciso III da LC 72/2015. Isto, baseado  
55 principalmente no fato da alta demanda de licitações, pregões, compras diretas, realização de  
56 orçamentos, realização de empenhamentos e liquidações, enfim, tarefas majoritariamente  
57 operacionais. E que mesmo a atual diretoria tem precisado auxiliar com estas tarefas dada sobrecarga  
58 relacionada demanda/recursos. Citou que talvez a criação deste cargo de diretor sobrecarregue a  
59 folha de pagamento (já prevista e orçada). Explicou que embora a Prefeitura Municipal tenha se  
60 esforçado para cumprir a garantia de que o IPRESF iniciaria suas atividades devidamente aparelhado  
61 e com imóvel para domicílio, muitos recursos ainda são necessários (computadores, mobiliários,  
62 condicionadores de ar, bebedouros, cabeamento elétrico e lógico, entre outros). E que isto aliado às  
63 despesas de custeio têm feito com que a taxa administrativa, que poderia ser de 2% (dois por cento)  
64 e é de 1,5% (um e meio por cento), se torne um limitador para todas as ações que demandem

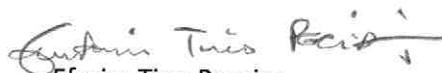
65 recursos. Que, pelo menos nesse início do IPRESF, este parco recurso deveria ser aplicado no completo  
66 aparelhamento. E que após esta primeira etapa (de aparelhamento e preenchimento do quadro com  
67 mais um servidor de nível operacional), não seria contrário à divisão daquela diretoria, mas que um  
68 estudo de viabilidade e impactos deveria ser elaborado e avaliado antes de qualquer ação. O  
69 Conselheiro Efraim Tino, no uso da palavra, comentou que nossas estimativas de gastos com folha de  
70 pagamento dificilmente chegariam ao fim de ano sem suplementação orçamentária e que a inclusão  
71 de mais um Diretor(a) no quadro poderia dificultar o equilíbrio orçamentário. As deliberações  
72 permearam as possibilidades do preenchimento da vaga do assistente/auxiliar, criação de uma vaga  
73 para um Analista Previdenciário, e divisão da Diretoria Financeira e de Previdência. O assunto ficou  
74 em aberto com a proposta de manutenção da discussão e avaliações e com a possibilidade de um  
75 estudo de carga de trabalho sobre cada pasta. Passando ao item **4) Sede e Domicílio do IPRESF**, o  
76 Conselheiro Efraim Tino foi questionado pelos conselheiros acerca do contrato de locação do espaço  
77 atual onde o IPRESF está domiciliado. Respondeu que a isenção de custos seria, pelo contrato, de 06  
78 (seis) meses a partir de outubro de 2015. Prazo que encerraria em março de 2016. Informou que após  
79 negociações com o gestor do condomínio comercial, Sr. Hamirton Soares, conseguiu isenção por um  
80 mês adicional em função daquele gestor não ter conseguido emitir a fatura com brevidade mínima  
81 para programação de pagamento. Por fim, informou que, independente de quando seja a próxima  
82 reunião, apresentará as condições e os valores a serem pagos ao locador. Pois já estaria cobrando-lhe  
83 há dias e que não deixará passar dessa semana. Passando para o item **5) Situação das Perícias**, a  
84 Presidente questionou ao Conselheiro Efraim Tino sobre como estariam as Perícias, qual era a  
85 frequência de realização, qual médico estaria responsável e o que os segurados têm comentado sobre  
86 este procedimento. O Sr. Efraim Tino explicou que o médico responsável é o Dr. José Carlos Mansur,  
87 que tem sido competente em suas atribuições, que tem cumprido jornada de 14h30 às 16h30 de  
88 quintas-feiras conforme Portaria 12.812 de 17/03/2016, do Chefe do Executivo Municipal, e que as  
89 vezes excede esse horário. E que a única reclamação recebida dos segurados foi da falta de  
90 climatização na sala de espera. Quanto ao item **6) Compensação Previdenciária com INSS**, o  
91 conselheiro Efraim Tino explicou aos seus pares que o termo de compensação previdenciária entre  
92 INSS e o IPRESF já está em vias de celebração. E que a Diretora de Finanças e Previdência já coletou  
93 assinatura dos responsáveis e fez a postagem ao setor competente do Ministério do Trabalho e  
94 Previdência Social. Ainda, conforme instruções do TCE/SC, somente após a homologação das  
95 aposentadorias é que se inicia o processo de compensação previdenciária. Por fim, quanto ao item **7)**  
96 **Cálculo/Avaliação Atuarial 2015/2016**, a Presidente questionou ao Conselheiro Efraim Tino sobre a  
97 entrega do Cálculo/Avaliação, bem como acerca do registro do mesmo no Ministério do Trabalho e  
98 Previdência Social. O Sr. Efraim Tino respondeu que recentemente o Ministério do Trabalho e o

99 Ministério da Previdência Social foram unidos e passaram a ser um só Ministério do Governo Federal.  
100 E que indisponibilidades no funcionamento do site do CADPREV tem ocorrido frequentemente. Por  
101 esta razão os órgãos responsáveis prorrogaram o prazo para inclusão e registro do Estudo Atuarial  
102 (avaliação/cálculo) e a Nota Técnica no referido site. Assim, o atuário estaria em prazo para o  
103 cumprimento desta etapa e envio/entrega a via original da avaliação atuarial. Após alguns  
104 questionamentos sobre a avaliação atuarial o sr. Efraim Tino pediu a palavra para expor a seguinte  
105 situação: Durante 2015 e início de 2016 esforçou-se para cobrar os repasses atrasados da Câmara de  
106 Vereadores e Samae. Por diversas situações oficiou estes órgãos e agendou reuniões com seus  
107 representantes. E que após muito esforço, todos os débitos foram sanados, ficando em aberto pouco  
108 mais de R\$4mil reais da Câmara Municipal e os Juros e Multas dos repasses em atraso do Samae.  
109 Informou que solicitará pauta para oficial este conselho quanto à cobrança judicial dos valores  
110 remanescentes. Assim, dada extensão da pauta, dada ainda a pendência de aprovação das contas de  
111 janeiro/2016, deliberação quanto à forma e prazos de apresentação do documento de análise e  
112 aprovação/reprovação de contas mensais e anual tanto do Conselho Administrativo quanto do  
113 Conselho Fiscal, e a já adiantada hora a Presidente suspendeu esta sessão e convocou a todos os  
114 Conselheiros para continuá-la no dia 26 de abril de 2016, terça-feira, às 09h30. Suspensa a presente  
115 reunião às 12h01. Eu, Roberson Alberto Maciel, Secretário, digitei a presente ata que segue em três  
116 vias para análise e assinatura dos conselheiros presentes, que após assinadas terão igual valor e teor.

  
Luciane Janaína C. Romão  
PRESIDENTE

  
Maximilian Scharmitzel  
VICE-PRESIDENTE

  
Eduarda Alcione da S. K. da Rocha  
CONSELHEIRA

  
Efraim Tino Pereira  
CONSELHEIRO

  
Roberson Alberto Maciel  
SECRETÁRIO